

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Individuais

BEC - Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários Ltda.



2021

 **bradesco**

Sumário

Relatório da Administração ... 2

Demonstrações Contábeis ... 3

Balanço Patrimonial ... 3

Demonstração do Resultado Acumulado ... 4

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ... 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 6

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 7

Notas Explicativas da Administração ... 8

Relatório do Auditor Independente ... 23

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício de 2021, a BEC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 1.247 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 57.760 mil e Ativos Totais de R\$ 58.679 mil.

A política de dividendos da Instituição assegura aos cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu contrato social.

Osasco, SP, 8 de fevereiro de 2022.

Diretoria

Balço Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2021	2020
Ativo			
Disponibilidades	04	301	57
Instrumentos financeiros		58.348	56.887
- Títulos e valores mobiliários	05	58.348	56.887
Créditos tributários	13	29	27
Outros ativos		3	3
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos		(2)	(2)
Total do ativo		58.679	56.972
Passivo			
Provisões		73	66
- Outras provisões		73	66
Outros passivos	08	846	381
Total do passivo		919	447
Patrimônio líquido			
- Capital social	09	31.200	31.200
- Reservas de lucros	09	26.560	25.325
Total do patrimônio líquido		57.760	56.525
Total do passivo e patrimônio líquido		58.679	56.972

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2º Semestre	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		1.840	2.518	1.423
- Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	05	1.840	2.518	1.423
Resultado da intermediação financeira		1.840	2.518	1.423
Resultado bruto da intermediação financeira		1.840	2.518	1.423
Outras receitas/(despesas) operacionais		(218)	(363)	(288)
- Outras despesas administrativas	10	(100)	(188)	(162)
- Despesas tributárias	11	(124)	(181)	(126)
- Outras receitas operacionais		6	6	-
Resultado operacional		1.622	2.155	1.135
Resultado antes da tributação sobre o lucro		1.622	2.155	1.135
- Imposto de renda e contribuição social	13	(704)	(908)	(425)
Lucro líquido		918	1.247	710
Lucro por lote de mil cotas em R\$		29,43	39,97	23,14

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2º Semestre	2021	2020
Lucro líquido do exercício	918	1.247	710
Itens que podem ser reclassificados para o resultado	-	-	-
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	918	1.247	710

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	29.700	833	25.289	-	55.822
Aumento de Capital com Reservas	1.500	-	(1.500)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	710	710
Destinações:					
- Reservas	-	35	668	(703)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(7)	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	31.200	868	24.457	-	56.525
Saldos em 31 de dezembro de 2020	31.200	868	24.457	-	56.525
Lucro Líquido	-	-	-	1.247	1.247
Destinações:					
- Reservas	-	63	1.172	(1.235)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(12)	(12)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	31.200	931	25.629	-	57.760
Saldos em 30 de junho de 2021	31.200	885	24.765	-	56.850
Lucro Líquido	-	-	-	918	918
Destinações:					
- Reservas	-	46	864	(910)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(8)	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	31.200	931	25.629	-	57.760

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa acumulados em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2º Semestre	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.622	2.155	1.135
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(1.508)	(1.461)	(164)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	22	-	-
Aumento/(Redução) em Outras Provisões e Outros Passivos	90	(300)	67
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(118)	(145)	(1.065)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	108	251	(27)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
Dividendos pagos	-	(7)	(16)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	-	(7)	(16)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	108	244	(43)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	193	57	100
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	301	301	57
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	108	244	(43)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEC DTVM ou Instituição) é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros.

É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da BEC DTVM evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2022.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da BEC DTVM.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”, e as provisões para as

obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais são registradas na rubrica “Outras Obrigações – Impostos Diferidos”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10%, aplicados sobre o lucro tributável. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 (“MP”), convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em cinco pontos percentuais, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo pro-rata.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN no 3.823/09, pela Deliberação da CVM no 594/09 e de acordo com a Carta Circular no 3.429/10 sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata die*).

i) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 15c e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Disponibilidades em moeda nacional	301	57
Total de caixa e equivalentes de caixa	301	57

5) INSTRUMENTOS FINANCEIROS – Títulos e Valores Mobiliários**a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Carteira própria – títulos para negociação		
Cotas de fundos de investimentos (1)	58.348	56.887
Total	58.348	56.887

(1) No final do exercício, a Instituição possuía R\$ 58.348 mil (Em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 56.887 mil) aplicados em fundos exclusivos da Organização Bradesco.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro	
		2021	2020
Títulos de renda fixa	1.840	2.518	1.423
Total	1.840	2.518	1.423

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 397 mil (Em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 389 mil) para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- Autuação de IRPJ e CSLL do ano calendário 2008 sobre suposto ganho de capital não tributado na operação da desmutualização da CETIP, no montante de R\$ 348 mil (Em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 341 mil).

8) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	805	368
Impostos e contribuições a recolher	21	6
Dividendos a pagar	12	7
Outros	8	-
Total	846	381

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 31.200 mil (Em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 31.200 mil) totalmente subscrito e integralizado é composto por 31.200.000 (Em 31 de dezembro de 2020 - 31.200.000) cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas		R\$ mil	
	2021	2020	2021	2020
Início do período	31.200.000	29.700.000	31.200	29.700
Aumento de capital com reserva (1)	-	1.500.000	-	1.500
Final do período	31.200.000	31.200.000	31.200	31.200

(1) Em 28 de maio de 2020, o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 30 de abril de 2020, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros – Estatutária" no montante de R\$ 1.500 mil, com a criação de 1.500.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Cotista Banco Bradesco BERJ S.A., com a concordância do Sócio Cotista Banco Bradesco S.A.

c) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Reservas de lucros	26.560	25.325
- Reserva legal (1)	931	868
- Reserva estatutária (2)	25.629	24.457

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócios Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido	1.247	
(-) Reserva legal – 5% sobre o lucro	(63)	
Base de cálculo	1.184	
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2021	12	1%
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2020	7	1%

(1) Percentual dos dividendos em relação a base de cálculo.

e) Lucro Básico por Cota

O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuído aos cotistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de cotas.

10) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulados em 31 de dezembro	
		2021	2020
Publicação	37	80	67
Serviços técnicos especializados	22	44	48
Serviços do sistema financeiro	18	33	31
Outras	23	31	16
Total	100	188	162

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulados em 31 de dezembro	
		2021	2020
Contribuição à COFINS	74	101	58
Impostos e taxas	38	64	59
Contribuição ao PIS	12	16	9
Total	124	181	126

12) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil	
	Controladores	
	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Ativos		
Disponibilidades (1)	301	57
Passivos		
Dividendos a pagar (2)	12	7

(1) Controlador Indireto – Banco Bradesco S.A.; e

(2) Controlador Direto – Banco Bradesco BERJ S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócios cotistas é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Contrato Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro	
		2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.622	2.155	1.135
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (nota 3e)	(649)	(862)	(454)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	-	(12)	(4)
Outros Valores	(43)	(34)	33
Imposto de renda e contribuição social	(704)	(908)	(425)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2021	Acumulado em 31 de dezembro	
		2021	2020
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(724)	(910)	(425)
Impostos diferidos:			
Constituição/Realização sobre adições e exclusões temporárias	20	2	-
Total dos impostos diferidos	20	2	-
Imposto de renda e contribuição social	(704)	(908)	(425)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2020	Constituição	Realização/ Baixa	Em 31 de dezembro de 2021
Outras provisões	27	29	(27)	29
Total dos créditos tributários (Notas 3e)	27	29	(27)	29

Tendo em vista o curto período de vigência da elevação da alíquota da CSLL, determinada pela Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021 (Nota 3e), a mesma não trouxe impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis.

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2022	18	11	29
Total	18	11	29

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada com a expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 29 mil (Em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 27 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da BEC DTVM foram devidamente ativados.

14) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes a caixa	301	-	-	-	-	301
Instrumentos financeiros	58.348	-	-	-	-	58.348
- Títulos e valores mobiliários	58.348	-	-	-	-	58.348
Créditos tributários	-	14	15	-	-	29
Outros ativos	-	-	-	-	3	3
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	(2)	(2)
Total em 31 de dezembro de 2021	58.649	14	15	-	1	58.679
Total em 31 de dezembro de 2020	56.944	3	3	21	1	56.972
Passivo						
Provisões	-	73	-	-	-	73
- Outras provisões	-	73	-	-	-	73
Outros passivos	834	-	12	-	-	846
Total do Patrimônio líquido	-	-	-	-	57.760	57.760
Total em 31 de dezembro de 2021	834	73	12	-	57.760	58.679
Total em 31 de dezembro de 2020	381	66	-	-	56.525	56.972

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

O resultado contábil em 2021 foi de R\$ 1.247 mil, sendo resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente em 2021.

O resultado contábil em 2020 foi de R\$ 710 mil, sendo resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente em 2020.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A BEC DTVM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

A DIRETORIA

Andrevison Viana de Souza – Contador – CRC 1SP278582/O-4



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, 1º - 4º andar, Chácara Santo Antonio
CEP 04719-911 – São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
Kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Cotistas e Administradores da
BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4



bradesco